



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM INTERFACE TEÓRICO-PRÁTICA PARA O
ENSINO DE LÍNGUA E LINGUÍSTICA

MARCELA RAMOS DA SILVA

**A INTERFACE GRAMÁTICA E ENSINO: DO TRADICIONAL
AO DISCURSIVO**

GUARABIRA - PB

ABRIL/2014

MARCELA RAMOS DA SILVA

**A INTERFACE GRAMÁTICA E ENSINO: DO TRADICIONAL
AO DISCURSIVO**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Interface Teórico-Prática para o Ensino de Língua e Linguística da Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, Guarabira/Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Título de Especialista em Ensino de Língua e Linguística.

Orientadora: Prof^ª Dra. Adriana Sales Barros

Guarabira – PB

ABRIL/2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Marcela Ramos da

A interface gramática e ensino: do tradicional ao discursivo
[manuscrito] : / Marcela Ramos da Silva. - 2014.

42 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em interface teórico-prática para o ensino em Língua e Linguística) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2014.

"Orientação: Adriana Sales Barros, Departamento de Letras".

"Colaboração: Wanilda Lima Vidal de Lacerda", Lara Ferreira Melo Martins

1. Língua Portuguesa. 2. Linguística. 3. Gramática I. Título.

21. ed. CDD 369.5

MARCELA RAMOS DA SILVA

**A INTERFACE GRAMÁTICA E ENSINO: DO
TRADICIONAL AO DISCURSIVO**

BANCA EXAMINADORA

Adriana Sales Barros

Prof^a Dra. Adriana Sales Barros (UEPB)

ORIENTADORA

Wanilda Lima Vidal de Lacerda

Prof^a Dra. Wanilda Lima Vidal de Lacerda (UEPB)

1º Examinador

Iara Ferreira de Melo Martins

Prof^a Dra. Iara Ferreira Melo Martins (UEPB)

2º Examinador

GUARABIRA

ABRIL/2014

DEDICATÓRIA

A Deus e a Virgem Maria por terem me concedido o dom da vida e do entendimento, e me proporcionado essa oportunidade que foi de grande valor para o meu desenvolvimento humano e profissional.

A minha família que sempre me apoiou e incentivou nesta bela caminhada de curso da especialização.

A minha mãe, Elenilda, por sempre me encorajar e ajudar a cuidar do meu filho, José Heitor enquanto estudava e por ter alimentado o meu ser com suas palavras de força e coragem.

A Adriano, meu marido, por acreditar em mim, mesmo quando eu já não tinha tanta confiança própria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e determinação que me concedeu de estar concluindo a pós-graduação sabendo lidar com os obstáculos que no decorrer do mesmo apareceram;

Aos meus pais, Elenilda Ramos da Silva e Gilberto Ramos da Silva que me incentivaram e me deram bastante força na caminhada, sempre dispostos a me ajudarem na concretização deste meu sonho;

Ao meu marido, Adriano, por sempre ter me apoiado e ajudado, tanto com palavras de incentivo, quanto com suas atitudes, cuidando do nosso querido filho José Heitor;

As minhas irmãs, que de forma intensa e especial me auxiliaram no decorrer do curso de especialização;

Aos colegas de turma, pelas descobertas, trocas de experiências, companheirismo e amizade que sempre estiveram presentes em nosso convívio em sala de aula;

A todos os professores que contribuíram de forma efetiva na minha formação, que plantaram em mim a semente da sede do conhecimento e que me mostraram que ensinar não é apenas trabalhar conteúdos de forma prazerosa e criativa, ensinar vai mais além, é um caso de amor e isso me fez despertar a consciência para ser uma educadora que irá fazer a diferença;

A professora Dra. Adriana Sales Barros por ter me orientado com sabedoria, paciência e dedicação na conclusão deste trabalho.

“Difícil não é arranjar ideias novas, mas fugir das antigas.”

(John Maynard Keynes)

RESUMO

Este trabalho objetiva mostrar como se dá a prática de ensino da Língua Portuguesa tendo em vista que esta vem sendo trabalhada de maneira tradicional e alheia a realidade linguística existente. Neste sentido, propomos um estudo detalhado nas formas de como esse ensino deveria ser melhorado, e como tais propostas vem diluídas no livro didático; conhecendo e analisando algumas concepções de gramática, tais como as visões existentes em relação à mesma sob o aspecto tradicional e linguístico assim como o ensino da norma culta sob o molde padrão e como seria segundo a visão descritiva, uma forma de trabalhar a gramática de forma contextualizada, vendo atividades que viabilizem esse ensino mais eficaz, evitando assim a rejeição dos alunos ao que tange o ensino de língua materna tem como aporte teórico dos PCN (2006), Perini (1997) e Possenti (2003), Travaglia, (2009) visando a articulação entre o ensino de gramática com o contexto, promovendo a interação entre as competências linguísticas e comunicativas.

Palavras-chave: Ensino; língua portuguesa; linguística e gramática.

ABSTRACT

This work aims to show how is the practice of teaching Portuguese considering that this has been crafted traditional and unrelated to existing linguistic reality way. In this sense, we propose a detailed study on ways of how this education should be improved, and how such proposals have diluted the textbook; knowing and analyzing some conceptions of grammar, such as the existing views with respect there to under the traditional and linguistic aspects as well as the teaching of cultural norms in the default template and how it would be according to the descriptive view, a way of working to shape grammar contextualized, seeing activities enabling this teaching more effective, thus avoiding the rejection of students with respect to the teaching of the mother tongue as theoretical contribution of NCP (2006), Perini (1997) and Possenti (2003), Travaglia (2009) aimed at linking between teaching grammar to context, promoting the interaction between linguistic and communicative skills.

Keywords : Education; Portuguese; linguistics and grammar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A GRAMÁTICA E SUAS CONCEPÇÕES	11
1.1 A visão tradicionalista	13
1.2 A visão linguística	15
2 O ENSINO DE GRAMÁTICA NA ESCOLA	18
2.1 O prescritivismo	20
2.2 O descritivismo	24
2.3 O produtivo	28
3 ANÁLISE LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO	30
3.1 O professor frente às atividades de ensino	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o ensino de Língua Portuguesa, tendo como objetivo contribuir com as pesquisas acadêmicas, no tocante ao ensino de língua materna, refletindo sobre as práticas docentes, bem como o efetivo ensino/aprendizagem da língua(gem). Para tanto é nossa intenção; colaborar para mudanças das práticas com relação ao ensino de gramática, e proporcionar meios metodológicos com um olhar investigativo do que seja escrever/falar adequadamente. Refletiremos também que nas aulas de Língua Portuguesa, a gramática normativa e os livros didáticos são instrumentos de propagação do preconceito linguístico, por promoverem um ensino tradicional baseado no pressuposto de que para falar e escrever bem é preciso saber a gramática em nível tradicional.

O ensino de gramática vem sendo rejeitado por não incluir em seu programa aspectos linguísticos, que expliquem fenômenos da língua(gem) e por se apresentar limitada, cheia de regras e definições, tornando-o enfadonho.

A nossa pesquisa tem caráter reflexivo, considerando o campo de análise do ensino-aprendizagem de gramática. O trabalho está dividido em três capítulos distintos: no primeiro, conceituamos a gramática normativa, descritiva e internalizada. No segundo, falamos do atual ensino de língua materna assim como as visões existentes em relação à mesma, no caso a visão normativa e a linguística. No terceiro capítulo, fazemos uma análise linguística no ensino médio, levando em consideração o professor frente às atividades de ensino.

CAPÍTULO I

1. A GRAMÁTICA E SUAS CONCEPÇÕES

É sabido que a língua apresenta várias modalidades de linguagem, cada uma com o seu próprio sistema funcional, existindo assim alguns tipos de gramáticas. Mas, qual o conceito que temos de gramática? Da mesma forma que a língua apresenta diversas modalidades de uso, os conceitos sobre gramática são diferentes, dependendo da forma como ela é analisada. De modo geral, a gramática se resumiu a um conjunto de regras que por sua vez atinge também distintas concepções. Deter-nos-emos a analisar três tipos de gramáticas, aquelas que estão mais relacionadas com o ensino sob a luz de Sírio Possenti (2003).

De início, observamos a gramática normativa ou prescritiva, esta por sinal bastante adotada em livros didáticos. Ela é baseada em regras e normas tendo como finalidade ensinar a ler e escrever corretamente, se conhecidas as regras e normas impostas pela mesma. Este tipo de gramática só considera certo o que estiver prescrito nela, caso contrário, qualquer construção que não corresponda ao que ela impõe é considerado errado, daí ser denominada como preconceituosa e excludente o que já classifica grande parte da população como não culta, por não empregar a gramática normativa corretamente tendo em vista que são poucos os que a usam “corretamente”. Isso acontece porque ela não condiz com a realidade linguística existente e é esse tipo de gramática que é adotado nas escolas.

O segundo tipo de gramática é a descritiva [...] que orienta o trabalho dos linguistas, cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas (POSSENTI, 2003, p.65). Este tipo de concepção vem justamente mostrar realmente os tipos de regras que são seguidas pelos falantes da língua, que por sua vez difere muito dos que são propostos na gramática tradicional. Uma das justificativas para esse distanciamento entre regras gramaticais e uso da língua é o fato desta ser dinâmica e estar em constante evolução; e a gramática ser estática, ditando regras que são usadas por poucos, fato que a rotula de gramática excludente.

Segundo Possenti (2003, p.66):

O gramático descritivista não está preocupado em apontar erros, mas pode ir além da constatação de que estas formas existem, verificando, por exemplo, que elas são utilizadas por pessoas de diferentes grupos sociais ou, eventualmente, pelas mesmas pessoas em situações diferentes.

A gramática descritiva tem por finalidade trazer à tona o que realmente é utilizado pelos falantes da língua, assim como, explicar a ocorrência de tais fenômenos e das regras que realmente são seguidas. Vale salientar que há quem confunda gramática prescritiva com gramática descritiva. Embora a gramática normativa descreva sistematicamente a língua, ela difere da descritiva porque esta tem como objetivo explicar como se dão as regras da língua em seu uso diário na sociedade.

Por último, temos a definição do que seria gramática internalizada, como o próprio nome sugere, é a gramática interna que cada indivíduo possui. Todo falante da língua já nasce com essa gramática, ela é inata. Automaticamente, um indivíduo ao começar fazer uso da língua, já utiliza sua gramática internalizada, natural; não foi algo adquirido na escola, e sim, no seu convívio social, na comunidade a qual pertence.

Esses tipos de gramáticas são abominados nas escolas. Embora não adote as regras propostas pela gramática normativa, esta gramática também segue regras, naturais da língua, nas construções de discursos linguísticos, ou seja, mesmo não acompanhando a norma padrão, dentro da gramática internalizada existem construções que podem ou não serem aceitas no contexto onde o falante está inserido.

Para POSSENTI (2003, p.90):

O que o aluno produz reflete o que ele sabe (gramática internalizada). A comparação sem preconceito das formas é uma tarefa da gramática descritiva. E a explicitação da aceitação ou rejeição social de tais formas é uma tarefa da gramática normativa.

Revisitando estes três tipos de gramática, podemos considerar alguns pressupostos de como o ensino da língua portuguesa precisa mudar, pois ela se restringe, em sua maior parte, apenas ao estudo da gramática tradicional, esquecendo de outras atividades como leitura e produção de textos que são bastante importantes para o desenvolvimento intelectual do aluno. Com base nessas concepções de gramática, chegamos à conclusão de que elas poderiam coexistir num mesmo espaço, a escola, cabendo ao professor elaborar uma nova proposta no ensino de gramática envolvendo as três perspectivas.

No atual ensino da Língua Portuguesa, privilegia-se o uso da gramática normativa, ignorando as demais, o que é, no entanto, uma prática comum nas escolas. Não se pode priorizar o ensino de uma variante, considerá-la como única e simplesmente desprezar as outras. O papel do professor juntamente com a escola é criar condições para que os alunos conheçam as diversidades linguísticas, considerando que no ambiente institucionalizado, a ênfase está na norma culta.

O que acontece no ensino da Língua Materna é que sua aquisição dar-se de forma inversa, contrária. Ao invés do estudo da língua proporcionar um contato mais íntimo com a mesma através de leituras de variados gêneros, escrita de diversos tipos de textos, interpretação nas diversidades textuais; ela se resume simplesmente em descrever a estrutura, explicitar regras, fazer análises sintáticas entre outras atividades de cunho sintático e morfológico.

1.1 A visão tradicionalista

Quando falamos em ensino da Língua Portuguesa nos vem à mente o ensino de gramática. Mas o ensino de língua e gramática são a mesma coisa? A gramática é a nossa língua? Estes são alguns dos questionamentos que norteiam o pensamento de muita gente. Podemos dizer que gramática é diferente de língua e por se diferirem nada mais óbvio do que se trabalhar de forma distinta.

A língua apresenta variadas formas de uso, está sempre sofrendo mudanças por ser um instrumento de comunicação onde cada indivíduo possui uma linguagem, uma forma de se expressar própria, tornando-a heterogênea adequando-se a cada grupo, comunidade de falantes com sua linguagem particular, o que resulta nessa diversidade linguística existente em nosso país. Já a gramática é uma sistematização da língua, uma das várias formas de organização da língua, de como ela deveria ser.

A variante padrão aceita e utilizada pela sociedade, além de ser a única variante usada pela elite, torna-se prestigiada chegando ao ponto de se confundir como a própria Língua Portuguesa. É este último ponto responsável pela frustração que vêm sofrendo os alunos.

No contexto educacional, quanto mais eles estudam a língua portuguesa, que na verdade é a gramática, maior é a impressão de que nada sabem da mesma, simplesmente

por não estudarem a língua com suas várias possibilidades de uso, mas uma língua cheia de paradigmas a serem seguidos, determinando o que é certo ou errado.

É inaceitável a forma de estudar a língua materna que prevalece nas escolas, a transformação da doutrina gramatical tradicional num instrumento ideológico de controle, repressão e exclusão social BAGNO (2000, p. 23), onde é privilegiado quem fala e escreve segundo o que a gramática normativa prescreve.

O aluno ao chegar à escola tem a sua linguagem ofuscada por outra, imposta como a norma culta respeitada e que é a forma correta de expressão, enquanto a internalizada é vista como errada, inferior à forma de como a norma culta propõe. O conhecimento do aluno ao invés de ser somado, é quase que completamente extinto como se ele não soubesse de nada, não tivesse a mínima noção da forma como sua língua se organiza, o que é falso. Ele pode não ter um bom domínio da norma culta, mas é capaz de discernir uma estrutura que pode ou não ser aceita na língua.

Essa forma excludente, regrada, de se estudar a língua materna pode de certa forma conduzir crianças e adolescentes a rejeitarem a língua. Podemos de alguma maneira considerar, a partir desse pressuposto, que o fato de vários educandos terminarem o ensino médio sem participar da interação necessária à sala de aula de produzir textos com caráter significativo, provém da escola não trabalhar variados gêneros textuais e propiciar leituras diversas.

Ao invés de trabalhar com a língua no real contexto, dedica-se às regras prontas baseadas em aspectos nada convencionais com a realidade dos seus educandos; com textos que trazem abordagens pertinentes e contemporâneas; ainda insiste em ensinar uma gramática descontextualizada com única e exclusiva intenção de se alcançar uma língua, baseada em modelos gramaticais.

Nosso propósito é provocar no leitor e participante das práticas escolares que não podemos tratar a linguagem como sendo algo abstrato, inatingível, privilégio para poucos, e sim como sendo concreta, por estar presente em nossas interações sejam elas de forma oral ou escrita.

De modo geral, consideramos que essa concepção tradicional de ensino da linguagem resume-se à gramática como sendo a única forma de variante aceitável, mostrando-se homogênea, estável e alheia às mudanças linguísticas, ou seja, o ensino da gramática é descontextualizado, inerente aos acontecimentos, a realidade se distanciando das variedades linguísticas existentes, tornando-a inalcançável.

Essa concepção vigente nas escolas é reducionista por considerar apenas variante enquanto norma culta, essa norma se reduz à gramática, e esta ao estudo de frases isoladas do contexto. Com base nesse reducionismo, percebemos a forma equivocada como se dá o ensino de gramática e a partir daí, inferimos que a linguagem não se reduz apenas às regras gramaticais e dicionários, como se o que existisse além do que está prescrito nesses compêndios não fizesse parte da língua; ela é bem mais que isso, é social, interativa e com várias possibilidades de uso.

Após todas essas reflexões acerca da gramática normativa, podemos deduzir que a criação da mesma com intuito de normatizar determinadas línguas, sempre foi privilégio de poucos. Quem não falar e escrever conforme o que a gramática normativa impõe é discriminado, pior ainda, não é considerado um falante da língua em questão.

Segundo Marcos Bagno (2002, p.30) a gramática tradicional é um construto intelectual que até hoje preserva uma ideologia feudal, aristocrática, anticientífica, autoritária, dogmática e inquisitorial. O autor acrescenta ainda que essa descrição da gramática pelo fato da mesma estar num patamar totalmente impróprio, não condiz com a realidade linguística. É esse tipo de gramática, descrita pelo autor em foco, que é adotada nas escolas, estando mais próxima da realidade falada e escrita em Portugal, do que da nossa. Ele atesta que dessa forma, o falante da língua português, de acordo com os parâmetros da gramática tradicional, deve servir-se dela para que tenha competência enquanto tal. E diz que essa afirmativa não é verdadeira, e que gera inclusive o preconceito linguístico.

1.2 A visão linguística

No que tange ao ensino de gramática, notamos que a mesma é trabalhada de forma isolada e descontextualizada. Não queremos propor como única saída à criação de uma gramática mais adequada, condizente com nossa pluralidade linguística, até porque se criássemos essa “nova gramática” ela acabaria de certa forma sendo um trabalho normativo – prescritivo, por prescrever os fenômenos como faz a gramática normativa. E sabe por que isso ocorreria? Simplesmente porque a língua como uma atividade social, cujas normas evoluem segundo os mecanismos de auto-regulação dos indivíduos e dos grupos em sua dinâmica histórica de interação entre si e com a realidade. (BAGNO, 2002, p.32).

Isso explicita o motivo pelo qual a criação de uma nova gramática normativa não seria a solução, mas se faz necessária uma revisão na mesma, tendo em vista que existem determinadas regras que não condizem com o nosso português, o brasileiro, e sim com formas de trabalhar esta gramática.

A contribuição da linguística é explicitamente observada no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa. Enquanto os gramáticos restringem a língua a um conjunto de regras prontas a serem seguidas, sem nenhuma explicação, reflexão sem levar em conta as mudanças ocorridas na língua, o papel do linguista é descrever a língua em suas múltiplas manifestações e oferecer hipóteses e teorias consistentes para explicar os fenômenos linguísticos [...] (BAGNO, 2002, p.32).

Isso nos faz refletir a importância dos estudos linguísticos no ensino de Língua Materna, pois sua inserção na prática do ensino é de suma importância. Essas teorias que explicam determinados fenômenos linguísticos, auxiliam o professor de Língua Portuguesa a trabalhar melhor na sala de aula, desenvolvendo metodologias eficazes e tornando os alunos conhecedores dessa pluralidade linguística da nossa sociedade.

A proposta é de refletir as condições contextuais que se aplica a gramática, não estamos banindo ou substituindo a gramática normativa das aulas de Língua Portuguesa, e sim, propondo uma nova perspectiva, ou seja, estamos expondo que não dá para continuar a se ensinar gramática ignorando as contribuições linguísticas e sim, utilizá-la de forma a dar sentido às aulas de Língua Portuguesa, que se reduzem, na maioria das vezes, à gramática normativa.

O professor precisa tomar consciência de que não se pode ensinar apenas uma variante, a de maior prestígio, mas todas as outras que compõem a diversidade linguística. Conforme propõe BAGNO (2002, p. 39), “Tentar preservar, impor e cobrar um padrão de comportamento linguístico único, aristocrático e absoluto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa dinâmica da sociedade, da cultura e da língua”.

É correto afirmar que não é cabível querer homogeneizar a língua, a sociedade apresenta suas diferentes camadas, estas por sua vez apresentam uma linguagem que lhe é particular, resultando nesta pluralidade linguística, restando aos usuários conhecer e valorizar essa diversidade linguística. Mais uma vez, vale salientar que não queremos que privilegie na escola a variante coloquial ou padrão, e sim, que se dê a devida importância e valor a ambas.

Dessa forma, esperamos que tais discussões tenham de alguma forma ajudado na compreensão da importância de unir aspectos linguísticos ao ensino de língua. Esse ponto está para as considerações finais.

Embora professores saibam da colaboração da linguística no que tange a língua, há ainda uma forte resistência a essa ciência. Essa prática normatização-prescrição já não produz nenhum efeito, ao contrário, só colabora para a resistência aos usos da língua materna. Dessa forma o ensino da língua deve ser mais amplo, criar condições para que os indivíduos possam produzir seu próprio conhecimento linguístico, aprendendo a praticar a investigação-teorização sobre os fatos da língua e linguagem (BAGNO, 2002, p. 61).

CAPÍTULO II

2. O ENSINO DE GRAMÁTICA NA ESCOLA

Não há como ignorarmos a importância e a necessidade de se ensinar a norma culta, não uma norma baseada em regras e sim promissora de situações onde falantes da língua possam desenvolver suas habilidades de ler, falar, ouvir e escrever. O que vem ocorrendo nas aulas de Língua Materna é que os professores não levam em consideração o conhecimento internalizado que o aluno tem da mesma. Ele sabe identificar um enunciado como aceito ou não pela língua porque qualquer falante nativo da Língua Portuguesa tem essa noção, pode não ter um conhecimento aprofundado, explícito sobre determinadas regras que regem a língua, mas ele sabe como ela funciona.

É Perini (1997, p. 13) quem diz que:

[...] qualquer falante de português possui um conhecimento *internalizado* altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E veremos que esse conhecimento não é fruto da instrução recebida na escola, mas foi adquirida de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. [...]

Como podemos observar todos nós conhecemos e falamos a língua de acordo com o nosso conhecimento internalizado e é na escola que iremos adquirir outra variante linguística, a culta, formal que é privilegiada na sociedade. Nós queremos atentar para a questão de que não é necessário no ensino o professor privilegiar uma variante e desprestigiar outra.

Estamos afirmando que tanto a variante coloquial quanto a formal pode coexistir sem nenhum problema. Devemos ter apenas o cuidado na hora de fazer a distinção de uso entre as duas, mas não destacar uma sobre a outra. As escolas estão acostumadas em acreditar numa velha concepção que não faz mais nenhum sentido: que a única variante “correta” é a formal. É esse tipo de ideologia que é passada para os alunos, um pensamento distorcido e preconceituoso.

Como já foi citado anteriormente, não queremos banir o ensino de gramática e aderir à forma coloquial, isso seria, no entanto uma violência de natureza político-cultural e cognitiva. De caráter político cultural por achar um absurdo obrigar a

aprenderem a falar e escrever uma norma que não é sua, “como sendo um único dialeto válido”; e cognitiva, por pressupor que falantes de uma língua não possam aprender outro dialeto por ser difícil. Isso só evidencia a importância do ensino do dialeto padrão na escola. Ensinando a norma culta, sem dogmas, sem veneração ela ajudará a diminuir a distância entre dialeto padrão e coloquial, onde o aluno só tem a ganhar com a aquisição de uma nova variante, claro que orientado sobre o seu uso.

Estas observações só tornam ainda mais explícita o porquê de não extinguir a norma padrão do ensino escolar. Ela serve como ponte de ligação para diminuir o preconceito linguístico tão impregnado na cultura brasileira. Queremos chamar a atenção para as formas de como trabalhar a gramática, sempre com olhar crítico, flexível mostrando sua importância e lembrando que não é a única verdade em relação ao uso da língua. A partir daí, o ensino de gramática fará “sentido” para os alunos, que a veem sob uma ótica incongruente com o uso da língua.

Para Neves (2002, p. 226):

Basta lembrar que saber expressar-se numa língua não é simplesmente dominar o modo de estruturação de suas frases, mas é saber combinar essas unidades sintáticas em peças comunicativas eficientes, o que envolve a capacidade de adequar os enunciados às situações, aos objetivos da comunicação e às condições de interlocução.

Tornando o aluno um conhecedor das variedades linguísticas existentes e sempre enfatizando o aspecto funcional da gramática, voltado para a produção no contexto comunicativo, perceberemos um grande salto no ensino do português. Com certeza já ouvimos alguém dizer, depois de concluído o ensino médio, que não sabe português. Todo falante nativo da língua portuguesa já nasce sabendo falar a língua, certo que de modo coloquial, mas sabe. O que é inadmissível é que as escolas não expliquem isso para os alunos, salientando que a norma culta ensinada não é a melhor, e sim a mais utilizada, de prestígio oferecendo ao aluno essa diversidade linguística, proporcionando esse conhecimento e escolha de uso de tais variantes em determinadas situações.

Fica então explícito que, a produção textual e a comunicativa estão intrinsecamente ligadas à gramática. Perguntamos, mas como? Fácil. A produção textual requer certo cuidado na escrita, a aplicação da gramática normativa. Isso não significa que uma produção textual escrita de modo informal, coloquial não seja tão boa quanto à escrita sob o molde padrão. O professor tem mais é que valorizar essas produções textuais, não é porque foi escrito fora das normas gramaticais que eles não sirvam como prática de linguagem.

Existem produções textuais que são impecáveis do ponto de vista formal obedecendo, a risca, a gramática e vazias, pobres de conteúdo. O que mais uma vez só vem a comprovar que saber as normas gramaticais não garante que o indivíduo saiba escrever, produzir bons textos. Cabe ao docente valorizar o conteúdo e depois trabalhar o aspecto formal. Assim não correrá o risco de inibir o aluno em sua produção, tendo em vista que “normalmente” os professores tendem a prestigiar, na produção textual, mais a questão gramatical do que o conteúdo.

2.1 O prescritivismo

É interessante a rotulação que se dá ao ensino de gramática nas escolas, principalmente as públicas, como sendo algo inútil, que não “serve para nada”. Aí, eis que surge a questão: Por que então perder tempo ensinando algo que não será rentável? É com esse pensamento, com essa visão que está sendo trabalhado o ensino de gramática. O maior problema enfrentado no ensino da mesma é justamente o isolamento que ela sofre. Ela é trabalhada de forma totalmente descontextualizada como já falamos anteriormente.

Qual é o problema em se trabalhar texto e gramática juntos? Simplesmente nenhum. Apenas um trabalho a mais na hora de preparar uma boa aula. É bem mais fácil ensinar algo fragmentado, isolado do que um todo. Não estamos querendo colocar a culpa nos professores, porque faz parte da nossa realidade muitos destes, formados há bastante tempo, se acomodarem e não buscarem se atualizar, além de ganharem pouco para investir em seu próprio crescimento intelectual. Mas o ponto primordial dessa reflexão é a seguinte, se tem que ensinar gramática, faz parte da grade curricular que tenha ao menos o cuidado de passar esse conteúdo da forma menos traumática possível.

Quando falamos menos traumática, é justamente nesse sentido de considerá-la inútil, o que não é verdade, e porque ela é considerada como sendo uma parte do estudo da língua portuguesa chata. Isso acontece devido a forma errônea como ela é trabalhada, alheia a nossa realidade linguística. Que a gramática normativa não é o único exemplo de sistematização da língua, isso já se sabe; que ela não tem explicações convincentes sobre determinados fenômenos linguísticos, também não é novidade.

Só que diante de tudo isso não é aconselhável ficar taxando a gramática, atirando pedras e, sim pesquisar, buscar respaldo nas teorias linguísticas para auxiliar nas

explicações de tais fenômenos. Não queremos dizer que a norma culta prescrita na gramática normativa seja correta ou errada; e sim que, o desempenho eficiente, em certos registros, depende da conformação do texto a determinados padrões vigentes e aceitos na sociedade como diz Neves (2002, p. 229). No caso a norma culta, o que a gramática normativa prescreve.

Seria um equívoco ignorar a importância da gramática na sociedade atual. Embora ela não seja condizente com a pluralidade linguística existente, se faz necessário ensinar e por sinal muito bem a norma culta. Queira sim, queira não ela ainda continua sendo a variante de maior prestígio. O que queremos chamar a atenção é para o fato de que se faz importante saber a norma culta porque ela ainda continua sendo o único caminho para se conseguir uma posição, embora que mínima, perante a sociedade.

A escola deve respeitar os padrões linguísticos que os alunos possuem, embora sejam diferentes do que a sociedade aceita e respeita. Cabe a escola o esforço para prover a criança de toda a apropriação de vivências e de conhecimentos que lhe assegurem um domínio linguístico capaz de garantir a produção de textos adequados às situações, Neves (2002, p. 231), sejam elas quais forem. A criança deve ter noção de que sua forma de falar não é errada, mas que perante a sociedade ela é estigmatizada, daí a importância em se aprender a norma culta, e a partir desse pensamento usar da melhor forma possível o seu domínio linguístico.

Outro fator importante que vale a pena salientar como forma de tornar a gramática “inútil”, é a maneira como o livro didático é organiza as atividades presentes nas unidades que o compõe. Se trabalhado de forma errada, ou seja, sem considerar os parâmetros linguísticos para o ensino-aprendizagem de língua, ele acaba tornando-se o vilão da história colaborando para essa visão, até então deturpada. Os professores teimam em usar o livro didático como instrumento único de estudo sobre gramática, o que é uma pena. O livro didático não deve ser o instrumento de ensino e sim uma ferramenta que venha auxiliar nessa árdua tarefa que é despertar o interesse pela gramática normativa e reconhecer sua importância; além do que aprender norma culta através de livros, que em sua maioria não estão adequados ao nível dos alunos, se torna uma tarefa quase impossível.

Sendo assim, o professor é o responsável em simplificar todas essas regras, nomenclaturas impostas pela gramática para o bom aprendizado do aluno sem deixá-lo tão frustrado e com a ideia de que realmente é perda de tempo estudar gramática.

Algo curioso e preocupante é que todos os professores de língua portuguesa dizem ensinar gramática, que, aliás, ocupa um lugar de destaque no ensino e, no entanto afirmam que a mesma não serve para “nada”. Isso não é estranho? A questão é simples e menos complicada do que imaginamos. O problema é que os professores prestigiam a gramática e a trabalham de forma mecânica, como atividade de exercitação da metalinguagem desprezando por completo o seu real caráter que é o de refletir sobre a linguagem fazendo com que as disciplinas que compõem a língua portuguesa sejam trabalhadas de forma separadas restringindo-se de um lado a parte de leitura, produção e interpretação textual e de outro, a tão temível gramática.

Eis a resposta a todas as nossas reflexões: essa visão de que gramática não serve para “nada” provém dessa organização separatista. Não há como estudar a linguagem de forma isolada, se faz necessário o auxílio de textos para tornar o aprendizado além de eficaz, coerente. Se não houver essa reflexão tão cobrada e importante por quem estuda a língua, o ensino da gramática nada mais é do que a simples transmissão de conteúdos expostos no livro didático. E o que os livros abordam são questões reducionistas.

As atividades que os docentes propõem, em sua grande maioria, são atividades de classificação de palavras e análises sintáticas; entendam bem, tais atividades são importantes, mas o estudo sobre a língua não se resume apenas a isso, há muito a ser explorado, refletido e questionado. Há quem diga que trabalhar a gramática contextualizada é simplesmente retirar trechos de textos, ou até mesmo, frases. Isso, no entanto não significa que trabalhou a gramática de forma contextualizada e sim, reduziu o estudo da língua a entidades de estatuto autônomo, ou seja, a classificações, análises, denominações entre outros.

Analisando todas essas questões os professores ainda acreditam que a finalidade da gramática é fazer com que alunos escrevam melhor. Dessa forma fica difícil formar bons leitores e fazer com que os mesmos escrevam bem, já que escrever bem é sinônimo de ter conhecimento da norma culta. E como despertar prazer e interesse nos alunos em relação à norma culta se ela é trabalhada de modo tão ineficaz? Tudo isso acaba prejudicando a natureza das aulas de gramática oferecidas nas escolas onde a gramática contemplada é um simples jogo de rotulação de classes e de funções

sintáticas, realmente se tem de pôr em questão a validade da existência de uma atividade de ensino da gramática nas escolas (NEVES, 2002, p. 239).

O que torna todas essas questões levantadas e discutidas inadmissíveis no nosso ensino é que mesmo jovens professores que se formaram recentemente, teimam em ensinar de forma bastante tradicional a gramática normativa. Nesse caso, o problema se encontra nos professores que tiveram um contato com teorias linguísticas que abordam a língua de forma mais aprofundada, levando em consideração fenômenos da mesma em uso.

Vale salientar que estas teorias desenvolvidas na ciência linguística não vão substituir a tão chata, complicada e enfadonha gramática normativa. Estamos atentando para o fato de que, não é para o recém formado simplesmente transpor para os seus alunos tudo que ele adquiriu na universidade, nem tão pouco para continuar ensinando da forma tradicional; e sim fazer seu diferencial, unindo o tradicional com as tendências atuais, oferecendo assim um ensino não só de melhor qualidade como coerente com os fenômenos linguísticos existentes.

Mesmo alguns professores, sabendo que a forma como ensinam gramática parece não surtir nenhum efeito, ainda persistem em ensinar uma gramática sistemática e alheia à realidade docente. Não se pode persistir em ensinar uma gramática que já vem com tudo pronto, calculado como sendo certo ou errado e as respostas encontradas consideradas como definitivas.

A que ou a quem devemos atribuir o descrédito que ronda a gramática normativa? Bem, não devemos colocar a culpa nem no corpo docente nem tão pouco no discente e sim tentar rever novas formas de trabalhar a mesma; já que chegamos à conclusão de que ela é importante para conseguir espaço perante a sociedade e de como ela é privilegiada, restando apenas buscar novos meios de enriquecer esse ensino que anda tão precário e descrente. O primeiro passo a dar é parar de rotular entidades, o que é uma tarefa no mínimo enfadonha e se esgota rápido e em pouquíssimo tempo, isso nas séries iniciais e imagine nas posteriores que se resumem em uma mera repetição do que já foi visto, com uma pequena diferença de forma mais aprofundada, mas a finalidade é a mesma, tentar fazer com que o aluno escreva melhor só que o resultado é frustrante, os alunos não vêem aplicabilidade alguma no estudo de gramática.

Temos que dar um novo tratamento à gramática normativa no Ensino Fundamental e Médio para que esse quadro melhore ou até mesmo possa se reverter. É

necessário que o professor tenha conhecimento sobre linguística para poder aplicar nas aulas, de acordo com a realidade dos alunos, tendo assim um bom proveito; outro ponto importante a ser abordado é o de que é necessário dar uma nova roupagem ao ensino de gramática, mas inserido no sistema padrão que a rege, ou seja, é importante refletir sobre a língua para só assim, entender o sistema que a regula. E essa reflexão deve ser feita a partir do uso direto e observável da língua em uso, pois é a partir dessa observação palpável que os alunos irão entender e compreender com coerência a norma padrão.

2.2 O descritivismo

Já vimos que é importante haver mudanças no que tange ao ensino de gramática pela mesma não surtir o efeito tão esperado pelos professores e alunos e chegamos à conclusão de que isso se deve a forma errônea de se trabalhar essa gramática nas salas de aula. Mais uma vez é necessário deixar claro que não estamos querendo fazer apenas alusão às teorias linguísticas, e sim salientar sua importância no ensino da norma culta. Ao iniciar tal discussão em torno do ensino da gramática com uso de textos é interessante observarmos alguns pontos importantes que a gramática contextualizada leva em consideração que em contra partida é ignorado pela gramática normativa.

A gramática contextualizada leva em consideração o conhecimento de mundo, internalizado que o aluno tem, ela sabe que é esse conhecimento que o faz identificar uma construção como sendo aceita ou não em nossa língua. Esse tipo de conhecimento é adquirido de modo informal, em nosso cotidiano, em meio à sociedade a qual pertencemos e ele é respeitado e aceito sem nenhum tipo de preconceito.

Essa gramática internalizada que todo falante da língua materna já nasce com ela, infelizmente, é bastante estigmatizada dentro das salas de aula. Professores insistem em ensinar de forma tradicionalíssima, tomando como referência e o que é certo o que a gramática normativa prescreve e sabemos da grande diferença que há entre o conhecimento explícito do conhecimento implícito. A partir desses pontos expostos, podemos inferir que existem duas línguas em nosso país, segundo Perini. Ele faz uma distinção bastante interessante entre o que seria uma língua de civilização e língua local, ágrafa.

A primeira serve a vastas comunidades, sendo intensamente utilizadas na política, na TV e na imprensa, na ciência, na literatura etc. (PERINI, 1997, p. 31); a última não é usada intensivamente em toda a gama das atividades da vida moderna (PERINI, 1997, p. 31).

É essa a grande questão que vivemos atualmente, no que se refere à língua que a gramática propõe e a que é usada pela maioria da população. Aquela aceita pela sociedade, privilegiada nos meios de comunicação, na literatura e nas escolas é a norma culta; em contra partida vem à linguagem coloquial, usada por uma grande parcela da população e que é próxima da realidade linguística, embora seja falada pela maior parte dos falantes ela é alvo de preconceito e é bastante estigmatizada por quem fala ou “pensa” que fala de acordo com a norma culta.

Fica então comprovado que existem duas línguas no Brasil: a escrita, que conhecemos como Português e para aprendê-la temos que frequentar a escola, diga-se de passagem, grande parte da população termina os estudos sem ter conhecimento da mesma; e a falada, que é estigmatizada; a conhecemos como linguagem coloquial que na verdade é essa a nossa língua materna, nascemos com ela e a aprimoramos em nosso convívio diário, porém por ter esse caráter popular tendem a considerá-la como sendo uma forma errada de falar português.

O preocupante é que essas duas línguas têm cada uma o seu espaço o português em discursos e situações formais; o coloquial em geral é usado na fala informal e em alguns tipos de textos. Fica então assim: falamos uma língua - a coloquial - e escrevemos outra - o Português padrão - isso é no mínimo confuso. Como podemos ensinar uma norma padrão sem levar em consideração a linguagem coloquial?

Faz-se necessário que essas questões mínimas sejam esclarecidas devidamente. O professor tendo um bom aparato linguístico verá que é importante esclarecer para os alunos essa confusão linguística que vivemos, explicando toda essa situação que expusemos. A partir daí o aluno perceberá que ele não pode falar em um discurso institucionalizado da mesma forma que ele fala com os amigos ou em casa; da mesma forma é a escrita, não se pode escrever numa produção textual de vestibular da mesma forma que ele escreve na troca de mensagens pela internet como tão pouco num bilhete para um amigo. Assim, o aluno irá adquirir um senso crítico e verá a importância em se aprender a norma culta e não se sentirá tão frustrado em relação a sua linguagem coloquial.

Essa visão truncada em relação à gramática é bastante inquietante, raciocinemos juntos. Em meio a essa abordagem que fizemos de como é importante trabalhar a gramática sob um novo aspecto, que é o ideal, porque professores teimam em ensinar dessa forma? Isso só vai fazer com que os alunos rejeitem, tomem raiva da norma padrão. E sabemos que as coisas não são bem assim. As opiniões divergem em relação ao ensino da gramática. Há os que preferem que a mesma seja ensinada de forma tradicional e os que preferem que sejam trabalhadas de forma contextualizada.

O grande problema reside nesse impasse em relação ao ensino de gramática, sendo para um importante e para outros totalmente inútil. Perini faz uma observação respeitável e presumível em relação ao que se tem de errado no ensino da gramática. Segundo PERINI (1997, p. 49):

[...] o ensino de gramática tem três defeitos, que o inutilizam enquanto disciplina: primeiro seus objetivos estão mal colocados; segundo, a metodologia adotada é seriamente inadequada; e, terceiro, a própria matéria carece de organização lógica. [...]

É isso mesmo que está acontecendo com o nosso ensino normativo? O que Perini expôs não é algo sem sentido, sem importância é algo que tem de ser visto, revisto e refletido com calma e atenção. Vamos tentar entender um pouco o que ele expressou e comparar com o que realmente é ensinado nas escolas.

O primeiro ponto está voltado para aquela antiga questão de que a gramática é responsável em tornar o aluno apto a escrever e ler melhor alcançando um nível reputado de conhecimento da língua padrão, isso é o que os defensores da gramática normativa alegam para se ter a presença da gramática no currículo escolar. Mais isso é verdade? A gramática garante ao indivíduo a competência de ler e escrever corretamente? Ao que já refletimos e observamos isso não é de total veracidade.

Saber gramática não é garantia de ter uma boa escrita. Se assim fosse, seria de esperar que as pessoas que escrevem bem saibam gramática, ou as que sabem gramática escrevam bem. E na verdade não é isso que constatamos em nosso dia-a-dia como professores. Conhecemos várias pessoas que escrevem muito bem, mas quando perguntados se Sabem gramática afirmam com tamanha veemência que não. Tem alguma coisa errada. Se perguntarmos a um recém formado do curso de Letras se ele sabe gramática, ele afirmará que não e acredite ninguém sabe gramática, nós não temos o total conhecimento dessa norma.

O que queremos enfatizar é, pessoas que escrevem bem nem sempre sabem gramática o que implica dizer que saber gramática não significa escrever bem. Os alunos sabem disso, até porque passam anos estudando a norma padrão e chegam à conclusão de que não sabem de nada; isso só vem a colaborar com essa rejeição e descrédito em relação à gramática normativa.

No segundo ponto abordado por Perini (op.cit.) questiona a metodologia utilizada nas aulas de gramática. Em qualquer outra disciplina o aluno indaga o professor e o mesmo tem a obrigação de responder de forma correta e convincente - há sempre uma explicação; em contra partida, ao que se refere à gramática, além de haver poucos questionamentos, quando ocorrem os mesmos são respondidos de forma vaga, ou seja, imprecisa. O que é observado é que o que o professor ensina não está de acordo com a realidade observada.

O professor ensina a regra, o aluno pergunta e o docente simplesmente responde que é assim que tem que ser e é melhor fazer o que a gramática propõe caso contrário o maior prejudicado será o aluno. Perceba que a gramática não fornece explicações convincentes, com bases sustentáveis apenas resigna-se a dizer que é assim porque tem que ser assim e ponto final. É essa falta de resposta e reflexão, as quais levam os alunos a detestarem tanto a gramática a ponto de taxá-la de inútil.

O último ponto refere-se à organização lógica dessa disciplina que é ensinada nas escolas. Aí indagamos: como pode a gramática apresentar desorganização se ela se apresenta de forma bastante organizada em sua estrutura? Simples. A gramática vive em eterna contradição o que ela diz ser de um jeito frente a uma determinada situação não terá a mesma aplicabilidade em uma situação parecida. O que falta é justamente definições mais compreensíveis e que não se contradigam tanto; o que a gramática normativa prescreve está além do que a sociedade utiliza e que a gramática é o único meio de saber escrever corretamente, essa incompatibilidade só torna a gramática normativa uma disciplina sem lógica.

Temos que adequar à gramática ao nível dos alunos e não colocá-la num pedestal como sendo algo inatingível. Os professores têm que se conscientizar de que a gramática não é o meio de tornar o aluno um bom leitor e escritor, ele só conseguirá isso se ler e reler, escrever e reescrever bastante; se for um hábito diário. A gramática está longe de operar tal milagre, pelo contrário, ela é capaz de inibir o aluno levando-o a se sentir um incapacitado, frustrando-o.

Enfim, a gramática tem que sofrer uma transformação em sua forma de ensino isso já está mais do que provado, temos que rever as finalidades que são atribuídas à mesma, estudar gramática é adquirir mais conhecimento sobre o mundo e não conhecer o mundo através dela, é não aplicá-la como sendo um oráculo pronto para dar respostas a questionamentos feitos.

O professor deve falar para a turma que a língua é do jeito que é, e não como a gramática pressupõe, dita que ela seja; se faz necessário gramáticas mais próximas da realidade, voltadas para a descrição da língua e não receitas de como falar e escrever corretamente, ou seja, precisamos de gramáticas que façam sentido, tenham lógica tanto para quem ensina, tornando mais fácil responder possíveis dúvidas que venham a surgir, como para o aluno, perceber que o que está sendo trabalhado na sala de aula tem a ver com o que ele vive fora do âmbito escolar, está condizente com sua realidade.

2.3 O produtivo

Quando lecionamos na disciplina de Língua Portuguesa podemos realizar três tipos de ensino: o prescritivo, o descritivo e o produtivo. O ensino prescritivo induz o aluno a substituir a sua base linguística, sua própria linguagem, considerada na maioria das vezes como errada, por outra considerada certa. Esse é um tipo de ensino que intervém nas habilidades existentes e está ligada a gramática normativa, onde só privilegia a variedade escrita culta; o ensino descritivo é para TRAVAGLIA (2001, p. 39) o que objetiva mostrar como a linguagem funciona e como determinada língua em particular funciona. Fala de habilidades já adquiridas sem procurar alterá-las, porém mostrando como podem ser utilizadas.

Este tipo de ensino é interessante por respeitar a Língua Materna que é tão importante por ser a língua que o aluno tem mais contato, tratando de todas as variedades linguísticas, inclusive a sua, para melhor portar perante a sociedade. O educando tendo contato com todas essas variantes, sabendo quando e onde utilizá-las além de estar conhecendo sua estrutura, funcionamento, forma e função o estimulará a raciocinar, pensar, questionar os fatos, fenômenos referentes à mesma; o ensino produtivo é o mais aceitável nos dias atuais, pois ele não vem substituir a linguagem do aluno, nem tão pouco denominá-la errada, e sim somar, ampliar o uso da Língua

Materna em várias situações que possa utilizá-la, ajudando a desenvolver a capacidade comunicativa.

É este tipo de ensino, “produzir”, que nós precisamos trabalhar em nossas salas de aula. Não podemos continuar nesse tipo de erro, ensinar algo que não condiz com a realidade dos nossos alunos, nós não temos que tornar os alunos em seres sistemáticos, com apenas uma única verdade em relação à língua, pelo contrário, devemos abrir um leque de oportunidades, de habilidades para que incite a mente deles aos questionamentos, à investigação.

Essa forma de ensino não se restringe apenas ao produtivo, no ensino de Língua Materna podemos usar todos esses tipos de ensino de acordo com nossas necessidades e objetivos. Vale salientar que embora tenhamos conhecimento desses tipos de ensino ainda continua sendo valorizado nas escolas o ensino prescritivo e, é do nosso conhecimento o prestígio de apenas uma variante, isso trará prejuízos para a formação acadêmica em termos de conhecimento linguístico, não ampliando a sua competência linguística.

Não estamos sendo radical em afirmar isso nem tão pouco estamos fazendo asseverações de forma aleatória e sim, que isso é notável nas escolas pelo fato de que o ensino prescritivo não tem alcançado suas metas que são levar os alunos a escrever e ler corretamente, quem dirá ampliar suas competências linguísticas e comunicativas. Essas são questões que devemos considerar ao optarmos pelo melhor tipo de ensino, sempre visando o crescimento intelectual do aluno.

Quando nos referimos ao ensino produtivo, fazemos referência diretamente ao ensino com uso de textos e não trechos que o texto é um conjunto de marcas, de pistas que funcionam como instruções para o estabelecimento de efeito(s) de sentido numa interação comunicativa (TRAVAGLIA, 2001, p. 108).

É necessário expor uma estratégia para o ensino de gramática, baseada em atividades de leitura e produção textual, por serem essas atividades importantes para o desenvolvimento da competência comunicativa. O objetivo dessa estratégia é de fornecer ao professor de Língua Materna mais uma opção de atividades para a prática de uso da língua. Sabemos que existe um grande número de atividades sendo utilizadas nas escolas, só que, em sua maioria, são atividades baseadas nas diretrizes impostas pela gramática normativa.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO

Não é nenhuma novidade falar que a gramática normativa esteve presente nas salas de aula durante muitos séculos. Somente na década de 80 é que novas pesquisas abordaram concepções diferenciadas do que até então era priorizado no ensino de Língua Portuguesa. Porém, isso não quer dizer que a partir daí tudo mudou, ao contrário, novos discursos surgiram, entretanto, nem tudo se transformou. Mesmo após a década de 80, a gramática tradicional continuou ocupando grande tempo das aulas de Língua Portuguesa e, ainda hoje, ela está presente nas escolas. Pode-se dizer que houve mudanças significativas, no entanto, o processo ainda continua, pois há muito a ser feito.

Fazendo um mapeamento do panorama da educação básica no Brasil no nível do ensino médio, evidencia-se bem no que comentamos anteriormente, nos deparamos com um cenário preocupante e alarmante. Como explicar o alto índice de pessoas “analfabetas”? Mais chocante ainda, como explicar que jovens concluam o ensino médio sem ter desenvolvido plenamente suas habilidades de leitura, escrita, fala e sem ter definido a sua postura enquanto cidadão crítico perante a sociedade o qual está inserido? Estes são apenas alguns dos questionamentos que norteiam pesquisas de estudiosos da área da educação. Como explicar que um indivíduo, que faz parte no âmbito escolar aos quatro anos de idade, finalize a educação básica, o ensino médio, na maioria das vezes, lendo de forma decodificada, sem ter nenhuma compreensão do que está sendo tratado em textos, sem ter um bom domínio da norma culta, onde as “ações realizadas na disciplina Língua Portuguesa, no contexto do ensino médio, devem propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leitura e de escrita, de fala e de escuta”.

As OCEM (2006,p.18) defendem que:

“o ensino médio deve atuar de forma que garanta ao estudante a preparação básica para o prosseguimento dos estudos, para a inserção no mundo do trabalho e para o exercício cotidiano da cidadania, em sintonia com as necessidades político-sociais de seu tempo”.

Diante de todos estes questionamentos, intuímos que são muitos os fatores que colaboram para que essa meta não seja alcançada, uma delas é a forma como se dão as práticas de ensino e que devem passar por transformações. Não tem como fecharmos os olhos e permanecermos num ensino arcaico, alheio a realidade dos alunos. É necessário traçar novas rotas de ensino, quebrar paradigmas, rever conceitos e priorizar o que realmente é importante e necessário para o crescimento intelectual e social do aluno. Mas para que isso de fato aconteça, o professor deve levar em consideração as transformações sociais existentes, a pluralidade linguística, e a particularidade de cada indivíduo, levando em conta vários aspectos, como os processos sociais da língua, criando no aluno uma consciência social e linguística a respeito de como agir em determinadas situações. A escola é o espaço propício para tais reflexões.

Vale salientar um ponto que é muito importante para uma mudança no ensino, são as transformações no que diz respeito aos conteúdos. O professor deve introduzir conteúdos úteis para o cotidiano do aluno, ensinar algo que lhe não acrescentará nada, apenas porque está no currículo, não é proposta atrativa, que lhe desperte qualquer tipo de curiosidade ou prazer. Como observamos, a forma de ensinar e o que ensinar vem sofrendo mudanças, embora criticadas por alguns, aceitas por outros a Linguística aplicada é que muito tem colaborado para tudo isso acontecer. E o que era tido como imprescindível antes, como o ensino puro da gramática normativa, com suas atividades classificatórias e prescritivas, haja vista que ainda existem os que a defendem como sendo a própria língua e seu ensino puro, totalmente descontextualizado, a linguística vem com uma nova proposta, a de textualizar e contextualizar, dar sentido, forma, função ao que está sendo estudado, trazendo o aluno para o centro desse processo, conduzindo-o à reflexão, à crítica e à participação. Agora, não fazem parte apenas do cânone obras literárias, mas também obras do meio social.

Devemos proceder dessa forma, diante do ensino de Língua Portuguesa, se quisermos que ela comece a surtir algum efeito. Persistir em um ensino “desconectado do mundo real- linguístico-” é atentar contra o intelecto dos alunos, por mostrar-lhes que só existe uma única forma de linguagem, é tentar moldar-lhes segundo o que a gramática normativa condiz. É imprescindível mudar o ensino de Língua Portuguesa para mudarmos este triste quadro que se forma em nossas escolas.

Ainda de acordo com as OCEM (2006,p.27):

“A visão aqui defendida supõe uma estreita e interdependente relação entre formas lingüísticas, seus usos e funções, o que resulta de se admitir que a atividade de compreensão e produção de textos envolve processos amplos e múltiplos,os quais aglutinam conhecimentos de diferentes ordens, como já referido”

A visão interacionista, vem também dar a sua parcela de contribuição no ensino de língua portuguesa. Partindo do pressuposto de que todo e qualquer texto provém da interação, onde a partir da linguagem o homem se constitui sujeito e tem condição de refletir sobre si mesmo. “Pode-se ainda dizer que, por meio das atividades de compreensão e produção de textos, o sujeito desenvolve uma relação íntima com a leitura – escrita –, fala de si mesmo e do mundo que o rodeia, o que viabiliza nova significação para seus processos subjetivos” (OCEM,2006:24). É através da interação em diferentes meios sociais que o sujeito vai aprendendo a lidar com o funcionamento da língua e suas manifestações, construindo seus conhecimentos acerca do uso da língua e linguagem em vários contextos situacionais. Mas o sentido também está relacionado ao contexto efetivo em que se dá a interação, à singularidade de seus participantes, às suas demandas, a seus propósitos, aos papéis sociais nos quais eles se colocam, etc.

Com base no que já vimos até aqui, podemos perceber que a sala de aula é o espaço onde o aluno pode refletir sobre o seu saber acumulado, tomando posse dele, agindo com ele e transformando-o em ações em meio aos processos sociais que vive. Esse é um dos papéis do ensino de língua portuguesa, propiciar essa mobilidade lingüística ao aluno como também, instigar o mesmo a ter uma visão ampla do que se está estudando, buscando vê-lo sobre vários ângulos, tendo uma visão completa e não compartimentada, como é de costume fazer no ensino de língua materna. Isso proporciona ao aluno a interdisciplinaridade, que o conduz para os letramentos múltiplos. “A lógica de uma proposta de ensino e de aprendizagem que busque promover letramentos múltiplos pressupõe conceber a leitura e a escrita como ferramentas de empoderamento e inclusão social” (OCEM, 2006:28). Isso significa que não se trata apenas do crescimento intelectual do aluno, mas o que pode lhe possibilitar como a inserção efetiva em novas esferas sociais segundo os seus desejos profissionais e cidadão.

Isso enfatiza o fato de que o aluno deve buscar sua autonomia em meio a sociedade globalizada, abrindo-se a diversidade e aos vários letramentos, não se prendendo apenas as letras, mas indo mais além, como as mídias, hipertextos na internet, vídeos, filmes e outros. Isso conduzirá o aluno a refletir sobre as várias normas gramaticais sem os quais é impossível agir de maneira efetiva nas diversas práticas sociais da nossa sociedade, fazendo com que o aluno compreenda determinadas normas gerais do funcionamento da língua e da linguagem. O aluno só construirá uma consciência linguística se for orientado nas práticas de ensino e aprendizagem, para uma participação mais ativa com o estudo com textos, requisitando uma contínua modificação de saberes.

Diante disso, podemos concluir que um aluno que termine o ensino médio seja capaz de produzir e ler textos dos mais variados gêneros, das mais várias esferas da sociedade como também dos muitos meios midiáticos. Saber lidar com textos orais, imagéticos e com a variedade de linguagens que são encontradas nos mesmos que exigem do aluno conhecimentos distintos assegurando dessa forma a autonomia do texto em relação ao contexto situacional; construir habilidades e conhecimentos que tornem o aluno capaz de refletir sobre o uso da língua e da linguagem sendo capaz de identificar vários aspectos linguísticos imbuídos nos textos, como a sua intencionalidade, seu contexto, a atuação, as estratégias de produção de sentido dentre outros.

Isso aumenta ainda mais a responsabilidade da escola em promover práticas de ensino que estejam comprometidas em formar sujeitos conscientes, críticos, que possam estabelecer diálogos e sentidos com os textos lidos. Isso contrapõe ao modelo de ensino que perdurou durante décadas na sociedade brasileira. Mais uma vez enfatizamos que as práticas de uso da língua escrita devem receber destaque no trabalho escolar. Ter critérios no que ensinar aos alunos, buscar conteúdos que estejam inseridos em seu meio, que não sejam distantes de sua realidade, ajuda-os a desenvolverem suas capacidades linguísticas. Lembrando que não é apenas escolher os conteúdos que possam ajudá-lo, enriquecer ainda mais o aluno, mas também a forma como estes conteúdos serão desenvolvidos, pois isso traz à tona o que realmente se quer ensinar e aprender, pois a partir daí teremos uma ação de natureza pedagógica e política, onde serão propostas situações de ensino que propiciem a construção do conhecimento tanto individual, quanto coletiva, e fruto de um trabalho social de investigação e de

reelaboração do conhecimento. Mais uma vez, vemos os textos como matéria prima fundamental para se alcançar essas metas, são os processos de produção de sentido para os textos, como materialidade de gêneros discursivos, à luz das diferentes dimensões pelas quais eles se constituem.

De acordo com o que propõe as OCEM (2006:43):

a escolha dos agrupamentos de textos e a proposição de atividades de produção, de recepção e de análise devem orientar-se não apenas pelas estratégias priorizadas nos textos estudados, tampouco pelas possibilidades teórico-conceituais que nos oferecem, hoje, os estudos lingüísticos; também, e sobretudo, a abordagem da língua e da linguagem no processo de ensino e de aprendizagem deve nortear-se pelas demandas locais, que envolvem escolhas em razão do perfil de aluno projetado pela escola.

Isso nos faz despertar para as inúmeras possibilidades de como explorar os sentidos do texto levando em consideração a inter-relação entre aspectos lingüísticos, textuais e sociopragmáticos dentro do mesmo, observando dessa forma, a necessidade de se estudar a fundo os usos da língua e as muitas formas de manifestação da linguagem, girando em torno de gêneros textuais condizentes com a realidade em que o aluno vive. Cabe à escola fazer com que o aluno assuma o seu real papel de leitor/produtor de textos que lhe é cabível institucionalmente, podendo assim, (re)construir sua própria história de leitura e escrita. Devemos levar em conta que seja qual for a produção textual, oral ou escrita, ela deve ser sempre o ponto chave em que as atividades serão desenvolvidas em todo o processo de ensino e aprendizagem da língua, pois a partir das atividades de leitura e produção de textos se dará a análise lingüística de forma contextualizada e reflexiva.

Deve-se primar pela mudança de enfoque no ensino de língua portuguesa, deixar de privilegiar apenas a norma culta, e salientar a diversidade lingüística que existe em nosso país. Essa mudança de direção, nos faz dar passos significativos no ensino de língua materna. Travaglia defende que aprender a língua significa “refletir” sobre ela, e é no momento da interação que há reflexão. Ele também diz que a língua funciona em textos e não em frases (ou palavras) isoladas. Afirma que “a reflexão sobre os fatos da língua é condição básica para o domínio e uso da mesma” (p.110). Tal afirmação corrobora o fato de que não tem como permanecer em ensinar Língua Portuguesa de maneira arcaica, ineficaz e sem sentido, tendo a necessidade de tornar o ensino de língua materna mais próxima de seus falantes e com sentido.

3.1 O professor frente às atividades de ensino

Podemos afirmar que as práticas sociais constituem-se de uma riqueza de culturas, de uma tecnologia complexa que vem despertando a necessidade das escolas buscarem cada vez mais se adequarem a essas demandas sociais presentes em nosso meio. O ensino médio deve consolidar os conhecimentos adquiridos no decorrer do ensino fundamental, o que propiciará ao aluno viver e compreender de forma crítica o seu tempo preparando-se para a vida, tanto profissional quanto cidadão. As atividades de ensino-aprendizagem devem priorizar a reflexão e estudo, já que ensinar e aprender são ações sociais, onde não se pode apagar a carga histórica e ideológica que todo indivíduo possui, ou seja, ensinar e aprender são ações distintas, mas que se complementam formando um todo. Daí a importância do professor estar em formação contínua, buscando ter uma visão interdisciplinar, compreendendo seu objeto de ensino a língua(gem) e intervindo nas realidades com as quais convive em sua atuação docente. Lógico que existem aqueles docentes que ainda estão presos aos livros didáticos e as antigas práticas de conceber o ensino de língua portuguesa.

Sabemos o quanto o livro didático é importante para o ensino de língua portuguesa tornando-se uma ferramenta indispensável, mas se usado de forma errada, pode dificultar e muito o ensino-aprendizagem. Também é de nosso conhecimento a dificuldade que professores têm em lidar com as mudanças tecnológicas e sociais, como já vimos acima, visto que os livros didáticos estão voltados para a gramática tradicional e, além disso, os professores ficam entre o discurso Linguístico e a necessidade de não ignorar na formação desse aluno as normas da gramática prescritiva, já inserida na formação dos indivíduos envolvidos e, ao mesmo tempo, dos saberes exigidos pela sociedade considerada culta. Isso evidencia o grande dilema questionado por muitos docentes da área que é saber qual a maneira de se trabalhar conteúdos, em especial, a gramática normativa. Como não há uma receita pronta para se seguir, nem há a possibilidade de existir uma, haja vista, a enorme pluralidade linguística existente, se faz necessário rever posturas, de repensar esse dilema do ponto de vista da concepção de ensino e aprendizagem de língua, ou seja, teoria e prática.

Primeiramente, não se trata de excluir tal gramática dos bancos escolares, pois esta tem o seu valor perante a sociedade, almeja-se aproximar o aprendiz a sua língua

materna, mostrando que esta não é algo impossível de se entender. Ao observar por este ângulo, parece simples, mas, infelizmente, não é. E a dificuldade de alterar este ‘quadro’ não é culpa unicamente do professor, mas, talvez, dos ‘professores’ e de toda uma ideologia discursiva.

Com base no que discutimos até agora, é importante termos atenção ao lançarmos mão do livro didático, como subsídio em sala de aula, pois devemos levar em consideração alguns aspectos que o compõem, dentre eles os tipos de atividades que são desenvolvidas, se estão adequados para uma aprendizagem mais eficaz e a luz da linguística aplicada. É notória a grande divergência que há entre teoria e prática. Vamos ser mais precisos. Há professores que tem um discurso, no que tange o ensino de língua portuguesa, mais especificamente o ensino de gramática, que dizem estar abertos a um ensino, a metodologias de base linguística só que fica apenas em palavras, as atitudes contradizem o que pregam. Muitos pensam que o fato de trabalhar com textos já é suficiente e nós sabemos que não, é algo mais profundo, que vai desde a forma como se trabalha um texto até a forma de como conceber o conteúdo. Não dá mais para fazer de conta que trabalhamos língua portuguesa, em especial gramática, a luz da linguística, pois já se faz necessária essa guinada no ensino de língua materna. Conforme o exposto, vejamos alguns tipos de atividades que podem auxiliar o professor no ensino de língua portuguesa, são as atividades lingüísticas, epilinguísticas e metalinguísticas, pois os exercícios são de suma importância no processo de ensino aprendizagem. Vejamos cada uma.

As atividades linguísticas são aquelas próprias do usuário, ou seja, são as competências comunicativas que ele tem, lhe permitindo construir seus discursos, sobre qualquer assunto e de modo adequado a situação alcançando seus objetivos comunicacionais. Podemos relacionar as atividades linguística com a gramática de uso, “quando o usuário da língua utiliza de forma automática a sua gramática internalizada, a gramática da língua que ele internalizou em sua história de vida.” (Travaglia, 2001, p.34).

As atividades epilinguísticas são aquelas que durante a interação entre interlocutores trata dos próprios recursos linguísticos que estão sendo utilizados, ou de aspectos da interação, tais atividades refletem sobre o próprio discurso no ato da fala. Podemos observar nas hesitações, pausas longas, repetições, hesitações entre outros. “A atividade epilinguística pode ser ou não consciente. Se pensamos que inconsciente se

relaciona com a gramática de uso, se consciente parece se aproximar mais da gramática reflexiva” (Travaglia, op.cit.). Seja qual for sua proximidade, podemos perceber uma reflexão acerca dos elementos da língua e seu uso no processo comunicativo.

As atividades metalinguísticas são aquelas que utilizam elementos próprios e apropriados da língua para explicar, analisar fenômenos da língua com base em teorias linguísticas, a isso chamamos de metalinguagem. “Nesse caso a língua se torna o conteúdo, o assunto, o tema, o tópico discursivo da situação de interação. Há aqui sempre análise consciente dos elementos da língua, e se busca explicitar como esta é constituída e como funciona nas diferentes situações de interação comunicativa” (Travaglia,2001, p.35).

Como podemos notar, as metodologias de ensino de língua portuguesa, as novas formas de transmitir o saber que vão garantir um bom rendimento escolar, ampliar e instigar os alunos a buscarem cada vez mais novos conhecimentos. Só que mesmo diante de algumas mudanças, tímidas porém positivas, já observamos um grande avanço nos estudos linguísticos no que diz respeito a este assunto. Para essa relação professor/aluno alcançar êxito faz-se importante repensar a prática docente e estar aberto ao novo, e este por sua vez, deve estar alicerçado nas reais dificuldades do discente levando sempre em consideração o que ele já traz consigo o seu conhecimento prévio, de mundo, a sua realidade para a partir daí tudo ganhar sentido.

É importante buscarmos a partir dos conhecimentos dos alunos atividades que visem desenvolver automatismos de uso das unidades, regras e princípios da língua, assim como de recursos das diferentes variedades linguísticas, para que o falante possa utilizá-las quando necessitar e em diferentes situações. Claro que tudo isso depende do professor selecionar os conteúdos e atividades que viabilizem desenvolver as habilidades nos alunos que deseja. Atividades de produção/compreensão textual, exercícios de vocabulário, atividades com variedades da língua e os exercícios estruturais muito colaboram para a meta a ser alcançada pelo docente.

Podemos observar nas aulas de língua portuguesa o que está explícito e é de conhecimento de todos, que as aulas de Língua Portuguesa estão destruindo a capacidade de raciocínio, de desenvolver habilidades dos alunos e criando uma enorme insatisfação em relação à Língua Portuguesa. Se faz necessário estudar a língua materna sob o aspecto linguístico, incluindo textos que ajudam na compreensão dos conteúdos gramaticais. Ao trabalhar dessa forma, oferecemos uma abertura e liberdade para

perguntar, expor suas dúvidas referentes ao conteúdo e um rendimento bem mais eficaz. Fica então explícito que o ensino só se torna produtivo quando acoplamos ao mesmo, que é trabalhado de forma tradicional elementos linguísticos; isso faz com que eles vejam sentido no ensino da Língua Portuguesa.

No ensino prescritivo, notamos falhas e dificuldades, motivos pelos quais o ensino da norma padrão não surte o efeito tão esperado que, em contrapartida, se vincularmos a este ensino normativo uma visão eficiente, de acordo com a realidade linguística além de evidenciar que não se faz necessário excluir uma gramática para dar espaço à outra e sim que ambas podem ocupar o mesmo lugar nas aulas de língua, obtemos como resultados aulas mais prazerosas e compreensíveis.

Esses tipos de atividades fazem com que os alunos levem em consideração o contexto em que estão inseridos e seu significado, de modo que isso favoreça o seu senso crítico levando-o a discussões, comparações e assim chegar a determinadas conclusões. Isso torna o indivíduo capaz de observar os sentidos em vários contextos, percebendo o cuidado que se deve ter no falar em determinadas situações, pois o sentido de uma mesma sequência linguística muda de acordo com a situação comunicativa em que se insere. Buscar trabalhar atividades vinculadas ao texto, contexto, de maneira reflexiva e a partir de textos produzidos pelos próprios alunos é uma forma de eles refletirem sobre si mesmo. Claro que cabe ao professor, apropriar-se de situações reais em sala de aula para então discutir com os alunos em textos ou em situações específicas. Fazer com que o aluno pense, explorar em atividades argumentativas e reflexivas é uma forma de torná-lo mais crítico.

Após termos conhecido as várias concepções sobre gramática e como se dá o seu ensino, chegamos à conclusão de como se faz necessário rever e mudar de forma satisfatória a maneira como a gramática está sendo trabalhada na escola para que a proposta de Travaglia (op.cit.) seja refletida e possa colaborar para o ensino e aprendizagem da língua e seus usos. Neste capítulo, analisamos a prática de ensino com um olhar crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, chegamos à conclusão de que o ensino de gramática é importante no processo educacional, mas que não devemos privilegiá-lo como única e exclusiva, e sim utilizar outras formas e metodologias para o ensino de Língua Materna, incluindo principalmente o conhecimento internalizado do falante, a partir desses conhecimentos determinar metas na elaboração de um plano de ensino eficaz e que tenha a capacidade de desenvolver nos alunos a competência comunicativa.

É importante ter a noção de que existem conhecimentos lingüísticos que auxiliam no ensino de língua portuguesa tornando-a mais eficaz e com sentido, evitando métodos tradicionais e preconceituosos que não levam em conta o conhecimento que o aluno já possui, adquirido em seu cotidiano; ao chegar à escola a criança é tratada como se não tivesse noção do funcionamento da língua, como se ela estivesse lá para adquirir tais conhecimentos.

Acreditamos que se o professor conciliar os conhecimentos internalizados do aluno com as atividades propostas pela gramática normativa a partir daí haverá uma melhoria no aprendizado, chegando aos reais objetivos que a mesma propõe ler e escrever corretamente já que a mesma afirma que para adquirir tais habilidades é necessário ter domínio da norma culta.

Um bom ensino visa o desenvolvimento e a multiplicação dos conhecimentos dos alunos, valorizando a criação de cada um, colocando-os diante de vários desafios e principalmente reconhecendo seu potencial. A partir desses critérios e atitudes é que o ensino dará uma guinada e surtirá o efeito tão esperado: um ensino condizente com a realidade existente e alunos preparados criticamente para uma vida em sociedade.

Pretendemos com este trabalho contribuir com as pesquisas acadêmicas, visando o ensino de língua materna, colaborando para mudanças das práticas com relação ao ensino da mesma, proporcionando meios metodológicos e um olhar investigativo do que seja escrever/falar adequadamente.

Desse modo, acreditamos ter contribuído para o desenvolvimento de metodologias e questionamentos capazes de propiciar ao ensino da gramática um contexto de interação, uma vez que os objetivos propostos para esta reflexão foram alcançados e que o

professor pôde valer-se das atividades linguísticas, metalinguísticas e epilinguísticas em favor do ensino – aprendizagem de língua baseado nos usos sociais da língua.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola, 2002.

BRASIL. MEC. *Parâmetros curriculares nacionais – língua portuguesa*. 5ª. e 8ª. séries. Brasília: Secretaria do Ensino Fundamental, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

POSSENTI, sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 2001.